

Golpe Branco

Miguel Vale de Almeida

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Não me atrevo a fazer uma “antropologia do golpe”, na falta de pesquisa e distanciamento, mas creio ser perfeitamente possível pensar politicamente sobre os acontecimentos recentes no Brasil recorrendo, nesse pensamento, a um olhar antropológico. Com a vantagem, quem sabe, de outro tipo de distanciamento, o nacional e geográfico, em virtude de não ser brasileiro nem viver no Brasil.

Em primeiro lugar haveria, como antropólogo, que questionar a definição do próprio objeto. Houve golpe? No “terreno” poderíamos ouvir opiniões concordantes ou discordantes. Mas uma condição discursiva foi estabelecida, os termos do debate são em torno do “golpe” e, nesse sentido, houve sim (outra questão seria esclarecer a minha opinião política pessoal – e ela é concordante). O que a situação brasileira parece sugerir é a sua inserção possível numa análise das crises, em particular das crises políticas e de representação. Paralelamente, poder-se-ia inseri-la também numa análise, desde logo comparativa, dos golpes – uma antropologia *dos golpes*, portanto. Isto é, das situações em que as regras são subvertidas iniquamente e a percepção coletiva, cultural, da sua *sacralidade* é tingida.

O que caracterizaria o material etnográfico imaginável oriundo de uma antropologia dos golpes? Desde logo, o ponto comum e central: a percepção da manipulação das regras e a percepção de que a manipulação está presente mesmo quando as regras são aparentemente cumpridas. Uma questão de forma e substância, portanto. Isto porque é perfeitamente possível, como aliás testemunhámos, afirmar-se que as regras de procedimento, as regras *by the book*, foram cumpridas. Mas tal não impede a percepção clara – por parte da atual oposição bem como por parte do atual poder, neste caso enquanto má consciência – da manipulação da formalidade em função de uma substância política a que o próprio cumprimento das regras deveria, em condições normais (daí falar de golpe ser sempre falar de crise) estar imune.

Antropologicamente, estamos perante um caso clássico de descompasso entre o cumprimento da formalidade e a sua manipulação política, verificável em tantas áreas da vida, do parentesco ao ritual, da religião à... política. É por isso que a discussão sobre o caso brasileiro não pode cair em dois erros – quer antropológicos, quer políticos. O primeiro seria o erro de se ficar pela discussão formal de teor estritamente jurídico – embora tam-

bém deva ser considerado. O segundo seria o erro de se ficar pela suposta *brasilidade* do caso – embora o contexto nacional deva ser uma âncora para a análise.

Visto de fora, e não só, torna-se evidente que o golpe advém do oportunismo de um grupo de interesses políticos, económicos, ideológicos e de classe, no sentido de inverter resultados eleitorais, evitar a perseguição judicial dos próprios implicados e retomar as rédeas do poder oligárquico e da sua tentacularidade política. Ou seja, a análise sobre o golpe e a política da sua contestação devem implicar – e estão a fazê-lo, felizmente – uma argumentação política de fundo sobre a desigualdade social e os defeitos do sistema político-eleitoral. Não é por acaso que são as políticas de redistribuição e empoderamento levadas a cabo pelos governos do PT (outra questão seria discutir se foram bem feitas e como) que são o alvo dos golpistas. Esta argumentação política de fundo é-o também sobre as condições específicas do Brasil – desde o modelo de desenvolvimento e crescimento económico até as formas corruptas de manutenção do poder pelas oligarquias.

É curioso ver como, ditas as coisas assim, há algo de *universal* nisto tudo. A desigualdade social e como ela é efetivamente reproduzida e como as tentativas da sua superação são boicotadas; a canibalização dos sistemas de representação democrática pelas oligarquias e seus dependentes no sentido de boicotar o potencial democrático; e a capacidade populista de acusar outrem dos próprios pecados, nomeadamente a corrupção. Talvez por não ser brasileiro, e apesar dos fortes laços profissionais e emocionais que me ligam ao Brasil, gostaria de me concentrar mais no caso do Brasil como *exemplo*.

Em primeiro lugar, o caso brasileiro será exemplificativo dos problemas sentidos pela esquerda no auge da época da globalização capitalista hegemónica: como contrariar a desigualdade, como promover a igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo não alienando totalmente o capital nacional e suas articulações internacionais? Ninguém sabe como. Pessoalmente, duas alternativas não me são gratas: a dita revolucionária, que, em última instância, assenta sempre em projetos soberanistas nacionais que não têm condições de subsistência no mundo atual (para não falar da sua costumeira deriva autoritária e antipluralista); e a dita de “terceira via”, em que a adequação ao centro político e a submissão às regras do mercado como algo naturalizado têm resultado em autênticos programas de sucesso... neoliberal.

Em segundo lugar, o caso brasileiro será exemplificativo da capacidade de liderança ideológica que o poder do capital económico-financeiro e da oligarquia política tem de conduzir a opinião pública no sentido do populismo em torno do tema da corrupção. A pequena corrupção quotidiana é desculpada como *modus vivendi* cultural (o “jeitinho”) e, no outro extremo da escala social, a grande corrupção económico-financeira é vista como intangível e parte do *sistema*, impessoal e até, imagine-se, com potencial efeito de *trickle-down* de benefícios para a comunidade. Já a corrupção média, a dos representantes políticos, dos administradores da justiça, das lideranças sindicais e partidárias à esquerda, etc., essa é que é vista como o verdadeiro pecado transgressor do contrato social. Nisto, o papel de uma comunicação social propriedade dos interesses¹ oligárquicos é absolutamente central, como o exemplo brasileiro demonstra à exaustão. A pulsão para a “limpeza”, para

1 Nota do editor: o texto foi escrito em português de Portugal, e optou-se por manter a versão original da língua. Neste trecho, para melhor entendimento no português do Brasil, lê-se: “Nisto, o papel de uma mídia que seja propriedade dos interesses...”

mais alimentada pela inveja social e o classismo² (diz o oligarca: “quem são eles para quererem ter poder ou enriquecer, para chegar até nós?”; diz o pobre: “quem são eles para quererem ser melhores que nós?”) seria aliás um tema riquíssimo para uma antropologia da inveja, do medo e das fronteiras de classe...

Em terceiro lugar, o caso brasileiro será exemplificativo daquilo que quicá me preocupe mais: a *des-utilidade* (permitam-me o neologismo, pois inutilidade não seria adequado) da democracia para um crescente número de Estados e suas elites dirigentes. Assistimos a isso em todo o mundo, por vias diferentes devido a diferenças de contexto. Alguns exemplos apenas: a justaposição entre capitalismo sem regras e sistema de partido único comunista na China; o securitarismo em muitos países europeus em função do terrorismo, conduzindo à suspensão das liberdades constitucionais; a capacidade de populistas como Trump se apresentarem como potenciais ganhadores eleitorais; as formas de fundamentalismo religioso tornado política e Constituição; a própria consagração da corrupção como medida de valor de superioridade e soberania, com laivos de gáudio nacionalista e machista, como acontece na Rússia de Putin. Etc. Em muitos destes casos, surgem, então, os *golpes*. A democracia já não serve ao poder para garantir a paz social redistributiva, material e politicamente. Ela tornou-se dispensável. Mantém-se, sim, a aparência do cumprimento das formalidades, das regras, pois a sacralização, no nível das crenças culturais, da democracia, não permite que ela seja clara e assumidamente rejeitada, como nos discursos fascistas dos anos vinte e trinta do século passado. Também talvez por isso já não se façam golpes como “antigamente”, golpes militares e de cesura total nos regimes. Fazem-se *golpes brancos*.

Dois exemplos supremos? O turco, com o golpe branco de Erdogan, suspendendo a democracia para todos os efeitos, *em reação* a uma tentativa de golpe à antiga (cujo falhanço é provavelmente a medida de que “já não é assim que se fazem as coisas”, como o próprio Erdogan talvez pudesse dizer – ou Temer); e o brasileiro, em que a experiência anterior de golpe militar, de cesura fascizante e refundadora de regime, permite aos autores do atual golpe branco a boa consciência de não serem “esse tipo de gente”.

Olhamos para o Brasil desde fora. Como antropólogos vemos o potencial para uma análise das crises políticas, da figura do golpe, da centralidade das discussões culturais sobre formalismo ou substantivismo (!) em torno das regras de organização social e política. Assim como vemos o modo como a desigualdade da estrutura social se manifesta no plano do conflito político, ou a forma como a comunicação social está para as sociedades contemporâneas como o boato estava para as sociedades tradicionais estudadas pelos antropólogos de antanho. E vemos, ainda, como em condições de globalização capitalista hegemónica o deslize para o populismo, o autoritarismo e o *newspeak* orwelliano indicam o fim da era em que a democracia “dava jeito”.

Como cidadãos politizados, no meu caso à esquerda dita moderada, vemos como o caso brasileiro é internacional (“universal”, diria o antropólogo), sinal dos tempos, e depositamos na esquerda brasileira a esperança de que consiga efetivamente se assumir como defensora da democracia, como autocrítica dos erros cometidos por quem foi agora afastado pelo golpe, como proponente de novas formas de construir o sistema político-

2 N.E.: no português do Brasil, melhor se lê: “A pulsão para a “limpeza”, ainda mais alimentada pela inveja social e o classismo...”

-eleitoral e como construtora de uma nova plataforma política de combate à desigualdade e de promoção da igualdade de oportunidades. Mais: conhecendo a forma politizada como a antropologia brasileira funciona (quer se goste ou não), a ciência social vai ter a responsabilidade de desmontar os mecanismos discursivos e simbólicos de manipulação pelos autores e apoiantes do golpe branco e de demonstrar empiricamente como o poder deles se vai articular em coronelismos brancos, corrupções brancas, desigualdades brancas.

Precisamos disso. Todos e todas nós fora do Brasil.

Recebido em 09 set. 2016.

Aceito em 09 set. 2016.